

EU CALIPTO / ARACRUZ CELULOSE E VIOLAÇÕES DE DIREITOS HUMANOS

Daniel Silvestre
Maria Elena Rodriguez



Processo
de Articulação
e Diálogo

EUCALIPTO / ARACRUZ CELULOSE E VIOLAÇÕES DE DIREITOS HUMANOS

Daniel Silvestre*
Maria Elena Rodriguez**

1ª EDIÇÃO
RIO DE JANEIRO, BRASIL, 2007



**Processo
de Articulação
e Diálogo**

* Daniel Silvestre é advogado e educador no Programa DESC da FASE
** Maria Elena Rodriguez é advogada e coordenadora do Programa DESC da FASE



Processo
de Articulação
e Diálogo

Publicação da Série de Cadernos
Seminário Internacional

EUCALIPTO / ARACRUZ CELULOSE E VIOLAÇÕES DE DIREITOS HUMANOS

2007 © PAD

TEXTO

Daniel Silvestre
Maria Elena Rodriguez

ORGANIZAÇÃO

Processo de Articulação e Diálogo – PAD
Rua das Palmeiras, 90 – Botafogo
CEP 22270-070 – Rio de Janeiro – RJ – Brasil
Telefone: +55 21 2536-7350
Fax: +55 21 2536-7379
E-mail: pad.pad@terra.org.br
Site: www.pad.org.br

APOIO

BROT FUER DIE WELT /PPM
CHRISTIAN AID
EED
HEKS
ICCO & KERK IN ACTIE
NORWEGIAN CHURCH AID/ AIN
SOLIDARIDAD

PROJETO GRÁFICO

Mais Programação Visual
www.maisprogramacao.com.br

FOTOLITO E IMPRESSÃO

Grafitto Gráfica e Editora

TIRAGEM

2.000 exemplares

SUMÁRIO

Apresentação	5
1. Contexto / motivação	7
1.1. A indústria de papel e celulose	7
1.2. A empresa Aracruz Celulose	8
1.3. A Aracruz Celulose no Espírito Santo: violações de direitos humanos	13
2. Ações e processos sócio-políticos	18
2.1. Mobilização da sociedade civil brasileira	18
2.2. Solidariedade e ação internacional	23
2.3. Uma disputa por legitimidade	24
3. Análise e desafios das estratégias na ótica dos direitos	28
Organograma do PAD	32

APRESENTAÇÃO

Esta publicação faz parte de uma série produzida no âmbito do PAD – Processo de Articulação e Diálogo entre Agências de Cooperação Ecumênicas Europeias e Parceiros Brasileiros.

Desde sua criação em 1995, o PAD orientou sua atuação na busca da promoção de uma nova cultura de diálogo multilateral e na construção de um espaço de compreensão das políticas de cooperação internacional. O ecumenismo e o multilateralismo sempre foram valores norteadores desta articulação. A interação e a parceria ativa entre agências de cooperação – AIN / Noruega, Christian Aid / Reino Unido, EED / Alemanha, HEKS / Suíça, ICCO / Holanda, PPM / Alemanha e Solidaridad / Holanda – e parceiras brasileiras – organizações não governamentais, entidades ecumênicas e movimentos sociais – é um valor intrínseco à estrutura da articulação, que se pauta pela busca de uma nova solidariedade entre o Sul e o Norte.

A partir de 1998, o PAD adotou os DhESCA (Direitos Humanos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais) como eixo temático para o diálogo e articulação entre Norte/Sul, Norte/Norte e Sul/Sul, considerando sua relevância e força mobilizadora junto à sociedade brasileira, às igrejas, opinião pública e aos programas das agências e política externa dos países europeus. A compreensão da abrangência dos Direitos Humanos permitiu a constituição de uma política de intercâmbio com várias redes e fóruns no âmbito nacional e internacional.

Este esforço de diálogo Norte/Sul, tendo os DhESCA, como seu principal eixo temático, tem como objetivo propiciar condições de diálogo com as agências, a fim de contribuir e influenciar em suas políticas de cooperação, construindo um patamar de debates e de intercâmbio de experiências que permita ir além das relações bilaterais. É neste contexto que o PAD realizou em novembro de 2006 seu terceiro seminário internacional no Brasil, quando foram apresentados pelo lado brasileiro alguns casos regionais significativos, analisados sob a perspectiva dos DhESCA, assim como estratégias mais amplas de luta pela implementação dos DhESCA.

As demais publicações que compõem a Série são:

- Campanha “Na Floresta Tem Direitos: Justiça Ambiental na Amazônia”;
- Os Jovens e a Garantia de Direitos no Brasil;

- Monitoramento dos Compromissos em DHESC: Breve Memória da Experiência Brasileira;
- Relatores Nacionais em Direitos Humanos, Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais: Uma Estratégia de Exigibilidade de Direitos;
- Soja e Direitos Humanos;
- A Violação dos Direitos Humanos no Caso de Transposição das Águas do Rio São Francisco.

A riqueza destas apresentações levou a coordenação do PAD a decidir pela sua publicação, no sentido de contribuir para uma melhor visibilidade de experiências brasileiras trabalhando com DhESCA e de facilitar o intercâmbio com demais experiências em outros países, vindo assim apoiando a luta mais global contra as desigualdades e pela implementação de direitos em busca do “outro mundo possível”.

1

CONTEXTO / MOTIVAÇÃO

1.1. A INDÚSTRIA DE PAPEL E CELULOSE

O eucalipto foi introduzido no Brasil na primeira década do século passado, mas foi a partir dos anos sessenta que seu plantio em larga escala teve impulso. A monocultura do eucalipto se intensificou no período da ditadura militar, graças aos subsídios fiscais e empréstimos públicos generosos a companhias de grande porte que investissem nessas plantações para produção nacional de polpa de celulose. As chamadas *políticas florestais* ganharam força com o II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND, 1974), e o I Programa Nacional de Papel e Celulose, focado em áreas dos estados do Rio Grande do Sul, Paraná, São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Bahia e Pará. O Governo Federal destinou cerca de US\$ 466.846.200,00 ao setor celulósico-papeleiro entre 1974 e 1980¹, não só mediante financiamentos do por meio do BNDE² (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico), mas também pela participação acionária do BNDE e de estatais com a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) em empresas de papel e celulose. Os Estados também encontraram formas de incentivar a indústria de celulose, especialmente por isenções fiscais. Pela lógica do II PND, os critérios que definiam localização dos novos investimentos eram a proximidade das fontes energéticas e dos nós da malha de transportes e a disponibilidade de recursos naturais.

As plantações de eucalipto estão em crescimento contínuo e, em 2005, abrangiam cerca de 3,4 milhões de hectares no país (65% da área de florestas plantadas). No Estado do Espírito Santo, no mesmo ano, eram 204 mil hectares de eucalipto plantados.³ A empresa Aracruz Celulose, fundada em 1972 no Espírito Santo, opera atualmente cerca de 263 mil hectares de plantações de eucalipto, além de estimular seu plantio por terceiros por meio do Programa Produtor Florestal, que alcança 81 mil hectares contratados com mais de 3 mil produtores no Espírito Santo, Bahia, Minas Gerais e Rio Grande do Sul.⁴

1 FASE. Violação de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais na Monocultura do Eucalipto: a Aracruz Celulose e o Estado do Espírito Santo. Vitória, 2002, p.10, citando DALCOMUNI, S. M. A implantação da Aracruz..., 1990. p. 85-86.

2 Hoje BNDES, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.

3 Anuário Estatístico da ABRAF, 2006 – Ano Base 2005. Disponível em <http://www.abraflor.org.br/estatisticas/anuario-ABRAF-2006.pdf>, último acesso em 13/10/2006.

4 Cf. www.aracruz.com.br, último acesso em 13/10/2006.

O plantio do eucalipto é destinado à produção de papel e celulose, de carvão vegetal (para siderurgia), móveis e outros produtos. A indústria de papel e celulose é a principal consumidora de toras de florestas plantadas (30% da produção) e especialmente do eucalipto (39 % da produção), seguida pela siderurgia (21% e 32%, respectivamente).⁵ O eucalipto tornou-se a principal fonte de matéria prima para a indústria de papel e celulose em razão de sua alta produtividade no país, propiciada pelo clima favorável do Brasil e pelos investimentos em tecnologia que tornam os ciclos de crescimento cada vez mais curtos. Atualmente, uma empresa de celulose colhe árvores de até 35 metros de altura em apenas 5 anos.

A produção brasileira de celulose foi de 10,1 milhões de toneladas e seu consumo 4,9 milhões de toneladas, em 2005. A produção de papel ficou em 8,6 milhões de toneladas e seu consumo em 7,3 milhões de toneladas.⁶ Celulose e papel são os produtos florestais com maior participação nas exportações brasileiras de produtos florestais (cerca de 46% do total, ou ainda, US\$ 3,4 bilhões). Na pauta de exportações brasileiras, os produtos florestais só são superados pelos complexos soja e carnes.⁷

1.2. A EMPRESA ARACRUZ CELULOSE

O avanço da monocultura do eucalipto possui uma força econômica descomunal. O lucro líquido da Aracruz em 2003 foi na ordem de R\$ 870.000.000,00 (oitocentos e setenta milhões de Reais); em 2004, R\$ 1.068.000.000,00 (um bilhão e sessenta e oito milhões de Reais); em 2005, R\$ 1.168.000.000 (um bilhão e cento e sessenta e oito milhões de Reais).⁸

Atualmente, o controle acionário da Aracruz é dividido da seguinte forma: 28% é do Grupo Lorentzen, da Noruega; 28% do Banco Safra, que apesar de um dos donos morar no Brasil, a sede é no Principado de Mônaco; 28% da Votorantim Papel e Celulose, pertencente ao grupo empresarial de Antônio Ermírio de Moraes, que controla o mercado do cimento no Brasil e também é grande investidor em construção de grandes barragens; 12,5% do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, BNDES, do governo brasileiro, o grande financiador dos investimentos na compra das terras, no plantio do eucalipto e pinus e nas indústrias de celulose e papel. O restante são pequenos acionistas pulverizados, entre eles a Souza Cruz, multinacional já conhecida no Brasil por explorar os plantadores de fumo. As ações preferenciais da empresa, perfazendo mais de 50% do total das ações, são negociadas nas Bolsas de Valores de São Paulo, Nova York e Madri.

5 Dados referentes ao ano de 2005. Fonte: Anuário Estatístico da ABRAF, 2006 – Ano Base 2005. Disponível em <http://www.abraflor.org.br/estatisticas/anuario-ABRAF-2006.pdf>, último acesso em 13/10/2006.

6 Associação Brasileira de Produtores de Florestas Plantadas (BRACELPA). www.bracelpa.org.br. Último acesso em 13/10/2006.

7 Anuário Estatístico da ABRAF, 2006 – Ano Base 2005. Disponível em <http://www.abraflor.org.br/estatisticas/anuario-ABRAF-2006.pdf>, último acesso em 13/10/2006.

8 O Latifúndio dos Eucaliptos: informações básicas sobre as monoculturas de árvores e as indústrias de papel. Porto Alegre: Via Campesina, 2006. p.16.

Há várias conexões diretas da Aracruz com a Noruega, além do fato óbvio que o maior acionista individual da empresa é o norueguês Erling Lorentzen, cunhado do Rei da Noruega. O Governo da Noruega detém mais de \$ 3 milhões em ações da Aracruz, por meio do Fundo de Pensão do Governo (o chamado “fundo petróleo”). Esse Fundo também possui milhões de dólares em ações de dois dos principais acionistas da Aracruz, a Votorantim e o BNDES. Além disso, todos os países nórdicos estão profundamente envolvidos com a Veracel Celulose, uma *joint venture* em que participam, em igual peso, a Aracruz e a sueca Stora Enso. O *Nordic Investment Bank* (NIB – Banco Nórdico de Investimento) participou do financiamento, juntamente com o *European Investment Bank* (EIB – Banco Europeu de Investimento) e o BNDES, de cerca de 60% do US\$ 1 bilhão investido na Veracel em 2005. O *NIB* também investiu na última expansão da Aracruz em Barra do Riacho (Fábrica C).⁹

A seu lado, na defesa dos interesses corporativos, na realização de *lobbies* e na busca de orientação da opinião pública, a Aracruz tem associações empresariais como Associação Brasileira de Celulose e Papel (Bracelpa), Sociedade Brasileira de Silvicultura (SBS) e Associação Brasileira de Produtores de Florestas Plantadas (ABRAF), das quais também participa.

A economia empresarial corporativa do setor, e especialmente a Aracruz Celulose, sempre foi hábil em manter-se próxima e em influenciar os administradores públicos. Financiando seus investimentos, construindo rodovias e infra-estruturas urbanas, detentor ainda de 12% das ações da empresa, cedendo-lhe centenas de hectares de terras devolutas da União, pré-ocupadas por índios e quilombolas, o Estado brasileiro sempre foi parceiro do projeto Aracruz Celulose.

Durante os primeiros 16 anos, de 1968 até 1984, tênues eram os limites entre a Aracruz e o Estado ditatorial. Diretores e dirigentes empresariais vieram de órgãos públicos sob intervenção federal, ou fizeram o caminho contrário, saindo da empresa para ocuparem cargos públicos. A primeira fábrica surgiu após uma bem sucedida negociação do grupo Lorentzen, da Noruega, orquestrado com Jakko Poyry, da Finlândia, e com Billerud-A.B., da Suécia, com a ditadura militar do general Ernesto Geisel. O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE, à época) financiou US\$ 337 milhões do total de US\$ 536 milhões do empreendimento, inaugurado com a presença do Presidente Geisel em 1978.

Com a redemocratização e a visibilidade pública das denúncias dos impactos causados pela empresa, a Aracruz, pressionada por índios, pescadores, camponeses, quilombolas, trabalhadores do próprio complexo e algumas ongs, igrejas e pastorais, viu-se obrigada a negociar minimamente com o Estado e os poderes públicos locais. A empresa buscou garantir sua atuação com o financiamento de campanhas políticas de parlamentares federais, estaduais e municipais, com o financiamento de pesquisas em universidades públicas e

⁹ Segundo informações enviadas por Christian Schøien, Ajuda da Igreja da Noruega. “Contributions from NCA to the partner meeting”. 09/10/2006.

privadas. Nessa linha, mesmo algumas ONGs e sindicatos de trabalhadores não deixaram de ter suas “cotas” de legitimação da poluição da Aracruz Celulose S/A, em “parcerias” para educação e preservação empresarial do meio ambiente, o chamado “ambiental-business”.¹⁰

Na virada para os anos 1990, a Aracruz Celulose contou novamente com o BNDES (já então com o S de social) para o financiamento de US\$ 600 milhões na construção de sua segunda fábrica, ao lado de US\$ 80 milhões da International Financial Corporation, órgão do Banco Mundial.¹¹ Sua inauguração contou com a presença do Presidente Fernando Collor de Mello. Em 2002 o governo Fernando Henrique Cardoso injetou na Aracruz um financiamento do BNDES de US\$ 435 milhões de um total de US\$ 825 milhões, para construção de uma terceira fábrica. O Presidente da República mais uma vez compareceu à inauguração.

Em 2005, foi a vez do Presidente Luis Inácio Lula da Silva inaugurar o maior investimento privado já realizado no Brasil: a Veracel Celulose, financiada com recursos do Banco Nórdico de Investimento (NIB), do Banco Europeu de Investimento (EIB) e, novamente, do BNDES. O governo Lula tem apoiado enfaticamente o “setor florestal” e incentivado a ampliação das “florestas plantadas”. Em 2003, para fazer frente ao aumento da demanda por madeira superior à oferta, anunciado catastroficamente pela indústria e pelo próprio governo como “Apagão Florestal”, o Governo Federal lançou o Programa Nacional de Florestas, com o objetivo de ampliar o ritmo de expansão das monoculturas de árvores e ampliar a participação de pequenas e médias propriedades nos plantios.¹² Essas propriedades, que já eram objeto de programas de fomento florestal do setor privado, passaram a contar com financiamento público por meio de programas como o PRONAF Florestal e PROPFLORA, além de programas públicos estaduais de fomento.

Em setembro de 2006, o BNDES anunciou uma previsão de investimentos no setor de papel e celulose na ordem de R\$ 20 bilhões até ao ano 2010. Desse montante, R\$ 11,7 bilhões deverão ser financiados pelo banco público, mais que o dobro dos investimentos realizados no quadriênio anterior (2002-2005). Em 2006, os desembolsos do Banco para o setor devem alcançar R\$ 2,2 bilhões. Segundo o BNDES, a produção nacional de celulose deve aumentar em 61% até 2010, passando de 6,8 milhões para 11 milhões de toneladas anuais, enquanto a de papel deve passar dos atuais 9,9 milhões para 11,6 milhões de toneladas/ano. As empresas Aracruz Celulose, Stora Enso e Votorantim Celulose e Papel planejam construir, cada uma, uma nova fábrica.¹³

10 Meirelles e Calazans, H2O para Celulose X Água para todas as línguas. O Conflito Ambiental no entorno da Aracruz Celulose, Espírito Santo. Vitória: FASE, 2006. p. 21.

11 Meirelles e Calazans, idem, p. 16.

12 Discurso do Presidente Luis Inácio Lula da Silva no Evento 100 Anos de Florestas Plantadas no Brasil, 30 de março de 2005, CNI/Brasília, DF

13 Cf. os jornais: O Estado de São Paulo, Seção Economia. São Paulo, 28/09/2006, p. B3; Diário do Comércio. Seção: Economia. Belo Horizonte, 21/09/2006, p. 04; Correio do Povo, Seção Economia. Porto Alegre, 21/09/2006, p. 12.

A Aracruz Celulose controla todas as etapas do processo produtivo de celulose. Seu complexo industrial compreende a Unidade Barra do Riacho (ES), um conjunto de três fábricas integradas a um porto privativo especializado em celulose (Portocel), a Unidade em Guaíba (RS) e um terceiro complexo fabril em Eunápolis (BA) – a Veracel Celulose –, em parceria com o grupo sueco-finlandês Stora Enso.

A empresa é líder mundial na produção de celulose branqueada de eucalipto, respondendo por cerca de 30% da oferta global do produto, destinado à fabricação de papéis para imprimir e escrever, papéis sanitários e especiais. Praticamente toda sua produção anual de 3 milhões de toneladas de celulose da Aracruz é exportada (43% para Europa, 35% para a América do Norte e 20% para Ásia.¹⁴ São mais de 150 clientes ao redor do mundo, atendidos principalmente através de onze portos na América do Norte e na Europa. Embora isso possa ter mudado nos últimos anos, o fato é que a Aracruz tem exportado hoje mais polpa de celulose para a Europa do que nunca.

Sobre seus clientes, o que se sabe é o divulgado pela própria empresa. Há dificuldades para se identificar quem são eles. Em seu “Relatório de Sustentabilidade 2005”, estão referidos como clientes Ken Strassner, da Kimberly Clark, e Celeste Kuta, da Procter & Gamble.¹⁵ Esses clientes são, principalmente, fabricantes de papéis sanitários como papel higiênico e lenços de papel. Tanto Kimberly Clark como Procter & Gamble são companhias com diversas marcas muito conhecidas e com grande participação no mercado europeu.

Embora não se tenha certeza de que esses produtos são fabricados com polpa de celulose da Aracruz, é provável que alguns produtos da Kimberly Clark fabricados em Kent, Inglaterra, contenham a polpa da Aracruz. Essa afirmação é fundada em uma declaração contida na página na Internet de porto de Sheerness, segundo a qual aquele porto é perfeito para destinar a polpa de celulose brasileira para as fábricas da Kimberly Clark em Kent. Algumas marcas da Kimberly Clark presentes no mercado norueguês são produzidas em Kent (ex. *Huggies*). Uma pesquisa realizada na Alemanha pela organização Robin Wood descreve como a polpa da Aracruz é transportada de Vlissingen para a fábrica da Procter & Gamble em Neuss, Alemanha. Nessa fábrica, a P&G produz as marcas Tempo, de lenços, e Charmin, de papel higiênico. A Robin Wood aponta também que a Kimberly Clark usa a polpa da Aracruz nos lenços Kleenex e no papel higiênico Hakle.

A empresa alemã Felix Schoeller importa celulose da Aracruz para produzir papel para fotos que é fornecido a empresas grandes como a Kodak. A empresa M-Real, que produz papéis para imprimir em fábricas na Inglaterra, usa polpa de celulose brasileira. No entanto, não se pode verificar tratar-se de polpa da Aracruz. Da mesma forma, é difícil identificar se o papel produzido na Suécia pela Stora Enso (que é sócia da Aracruz na Veracel Celulose na Bahia) é proveniente do Brasil.

14 Cf. www.aracruz.com.br, último acesso em 13/10/2006.

15 Disponível em http://www.aracruz.com.br/ra-2005/shared/rs2005_pt.pdf, último acesso em 13/10/2006.

No que diz respeito à distribuição da polpa da Aracruz entre os produtos finais, papéis para imprimir e escrever repondem por 21%, papéis especiais por 22% e lenços de papel por 57%.

A indústria brasileira de papel e celulose utiliza tecnologias que já foram banidas de países europeus. Um exemplo é o uso de cloro no processo de branqueamento da polpa de eucalipto, que provoca a formação de dioxinas, compostos organoclorados resultantes da associação de matéria orgânica e cloro, classificados entre os mais potentes provocadores de câncer já testados em laboratórios, além de poderem causar doenças nos sistemas endócrino, reprodutivo, nervoso e imunológico.

Para garantir a pureza e a brancura exigidas pelo consumidor do Norte, a fábrica da Aracruz inaugurada em 1978 lançou, por um ano, o cloro elementar e restos de matéria orgânica nas águas da região. Durante 13 anos, contínua e ininterruptamente, o cloro continua um elemento constante nos efluentes da Aracruz. A decisão pelo uso ou não do cloro e pela adoção de tecnologias mais limpas é menos uma filosofia da própria empresa e mais uma determinação do mercado consumidor. Se o mercado em um determinado país não aceita cloro e em outro sim, a empresa tem celulose para ambos. E a regulação do Estado no Brasil é flexível o suficiente para as duas formas de produção.

O debate sobre a produção mais limpa da celulose pela Aracruz se iniciou apenas com a chegada da segunda fábrica, às vésperas da Conferência Mundial de Meio Ambiente, no Rio de Janeiro, em 1992. A empresa começou a investir no discurso da modernização ecológica, assinando uma carta de princípios sobre desenvolvimento sustentável, adotando o título de “plantador de florestas” e anunciando a adoção da tecnologia de branqueamento com base no dióxido de cloro (EFC), menos poluente.¹⁶ Essa tecnologia, embora reduza a formação de dioxinas, não elimina essas substâncias tóxicas do processo produtivo. Mesmo com o tratamento de efluentes na fábrica, as dioxinas permanecem e são lançadas nos rios, contaminando a água, o solo e conseqüentemente a vegetação e os animais (inclusive os que são usados para consumo humano).¹⁷

Em 1993, a Aracruz começou a produzir cerca de 10% de celulose sem uso do cloro (tecnologia TFC: *total chlorine free*), e apenas porque, segundo um comentário da própria empresa “*sem a nova tecnologia, íamos perder vendas de cerca de 150.000 toneladas ao ano*”.¹⁸ Trata-se neste caso do mercado alemão, que só comprava celulose produzida pelo método TFC. Em 1998, a Aracruz usava os três processos industriais com as seguintes porcentagens: 32,9% com o cloro, 56,1% com o ECF (Elemental Chlorine Free), ou seja, com menos cloro e somente 11% pelo TCF (Total Chlorine Free). Em 1999 a Aracruz deixou de produzir pelo TFC e voltou a adotar somente as tecnologias mais

16 Em 1993, o Sr. Lorentzen ganhou, em Nova York, o prêmio “Personalidade do Ano”, concedido pela Câmara de Comércio Brasil-EUA. Cf. Meirelles e Calazans, “H2O para Celulose...”, ob. cit., pp. 16-17.

17 O Latifúndio dos Eucaliptos... ob. cit., pp. 19-20.

18 FASE. Violação de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais..., ob. cit., p. 38

poluentes.¹⁹ O mercado alemão voltou a aceitar celulose produzida com cloro pelo método EFC. Isso demonstra que as estratégias produtivas da Aracruz não são orientadas por preocupações ambientais e sim tão somente pela demanda do mercado.

1.3. A ARACRUZ CELULOSE NO ESPÍRITO SANTO: VIOLAÇÕES DE DIREITOS HUMANOS

Para produzir 1 tonelada de papel são necessárias 2 a 3 toneladas de madeira, além de uma grande quantidade de água (mais do que qualquer outra atividade industrial), e muita energia (a indústria de papel e celulose está em quinto lugar na lista das que mais consomem energia). De acordo com dados da própria Aracruz, em 2005 a unidade de Barra do Riacho (ES) consumiu 322 m³ de água por hora (36,5 m³ de água por tonelada de celulose produzida) e 1.858.570 MW de energia elétrica no processo industrial de produção da celulose.

É preciso ressaltar que a Aracruz nunca pagou pela água consumida. O elevado consumo de água para produção de papel e celulose não se dá apenas na fase industrial do processo. No entanto, a empresa não divulga dados sobre o consumo de água dos plantios de eucalipto. Por outro lado, esforça-se para comprovar e dar publicidade à tese segundo a qual *“o consumo de água pelos plantios de eucalipto é semelhante ao da floresta nativa”*. Os relatos dos membros das diversas comunidades, que a metodologia de pesquisa empresarial faz questão de ignorar, no entanto, apontam inúmeros rios e córregos secos no interior dos plantios de eucalipto. Esse fato pode ser explicado pelo alto consumo de água pelo eucalipto em sua fase de crescimento e pela destruição de nascentes e matas ciliares, consideradas áreas de preservação permanente (APP), pelo desvio e pela a interrupção de rios por barragens e estradas.

O caso do desvio do Rio Doce²⁰ e construção do canal Caboclo Bernardo é emblemático. Aberto para abastecer a terceira fábrica da Aracruz, impactou diretamente a Aldeia Indígena Tupinikim de Comboios na criação de gado, na agricultura de várzea, na pesca do camarão. As famílias indígenas da aldeia já não fazem mais uso da água do Rio Comboios para beber, nem banhar-se, nem sequer lavar roupa. Os índios estão à beira mar, na foz do Rio Comboios, isolados das outras aldeias indígenas da região e dependeram, ancestralmente, deste rio, de suas águas e várzeas. O Rio Comboios passou a receber as águas do Rio Doce e, com elas, também todos os resíduos e dejetos que nele são lançados, desde o Estado de Minas Gerais, onde nasce, até o Espírito Santo, onde deságua. O nível do Rio Comboios passou a ser controlado pela empresa, inviabilizando a agricultura e o pastoreio nas poucas áreas de várzea usadas pelos índios.

19 FASE. “The Case of Aracruz Celulose in Brazil: Export Credit Agencies exporting unsustainability”. Vitória, 2003. p. 11.

20 O Rio Doce nasce em Minas Gerais e deságua no litoral do Espírito Santo. Trata-se de uma bacia hídrica de grande importância na história dos dois Estados. A aldeia Comboios e o Rio Comboios estão situados entre o canal Caboclo Bernardo, no Rio Doce e a planta celulósica da Aracruz.

O mesmo desvio do Rio Doce também afetou a população da Vila do Riacho, no município de Aracruz, outra comunidade vizinha da fábrica de celulose, já que o desequilíbrio ecológico e o assoreamento causado pela grande diminuição do fluxo de água do rio Riacho fizeram reduzir drasticamente a pesca artesanal, provocando grande impacto na economia da comunidade local de pescadores.

A construção do Canal Caboco Bernardo foi, oficialmente, uma iniciativa do governo estadual, justificada pelo poder público como necessária para resolver o problema de abastecimento de água para as comunidades de Vila do Riacho e de Barra do Riacho. A comunidade de Vila do Riacho não recebe nenhuma gota d'água deste desvio para seu abastecimento, pelo contrário, as águas do rio Riacho diminuíram e as famílias se vêem obrigadas a comprar água mineral engarrafada no mercado.²¹

Não houve Estudo Prévio de Impacto Ambiental (EIA) e de Relatório de Impacto Ambiental (Rima) para a abertura dos 50km do canal, o que fere as exigências da lei ambiental e da própria Constituição Federal. O órgão ambiental estadual julgou que os impactos negativos do projeto não seriam significantes. O processo de licenciamento ambiental foi manifestamente ilegal e vem sendo questionado na Justiça por membros da Rede Alerta Contra o Deserto Verde e pelo Ministério Público Federal, que acusam as autoridades públicas de omissão em face dos deveres do Estado e de seus órgãos licenciadores e de irresponsabilidade ao se colocaram no papel de defensores de interesses do Grupo Aracruz ao facilitarem a realização do projeto.²²

A água reclamada pelos índios de Comboios e pelos pescadores de Barra do Riacho abastece hoje os três reservatórios artificiais do complexo industrial da Aracruz: o Reservatório Águas Claras, o Reservatório Pavor e o Reservatório Santa Joana.²³ Desviando rios e córregos e se alimentando das bacias hídricas do Rio Riacho, do Rio Gimuhuna e do Rio Doce, a empresa bombeia toda essa água para sua Estação de Tratamento de Água (ETA), pois a água a ser utilizada no processo industrial não pode ser consumida imediatamente, tal como é apropriada junto aos rios. Deve ser tratada pela empresa, ao contrário das águas naturais da população que habita o entorno industrial, poluídas para o consumo humano.²⁴ A Aracruz nunca reparou os danos causados à população local pela apropriação dos recursos hídricos.

Além disso, a contaminação por agrotóxicos e esgoto também marcam o processo de ocupação da Aracruz no território do Espírito Santo e compõem elementos dos conflitos ambientais ali instalados. A aldeia indígena guarani de Piraqueaçu convive, desde 1978, com uma estação de tratamento de

21 Conforme Marilda Maracci, geógrafa membro da Associação dos Geógrafos (AGB-ES), mestre pela Universidade do Estado de São Paulo (UNESP) e doutoranda pela Universidade Federal Fluminense (UFF), in "Segundo Relatório de Violação de Direitos Humanos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais. A Monocultura do Eucalipto: a Aracruz Celulose e o estado do Espírito Santo-Brasil". Rede Alerta Contra o Deserto Verde, FASE: Vitória, 2003. Entrevista realizada em 23/11/2003.

22 FASE. Violação de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais..., ob. cit., pp. 34-37

23 Conforme CEPEMAR, Relatório de Impacto Ambiental – RIMA Fiberline C – Relatório técnico, 1999.

24 "H₂O para Celulose X Água para Todas das Línguas...". ob. cit. idem. P. 23.

esgoto (ETE) do núcleo habitacional da Aracruz, chamado bairro Coqueiral. A ETE está a 50 metros das casas guaranis, provoca mal cheiro e atrai insetos. Por volta do ano 2000, o esgoto transbordou com as chuvas fortes e uma criança que brincava na água ficou doente, morrendo três dias depois. Nenhuma providência foi tomada.²⁵ A contaminação por esgoto dos rios Guaxindiba e Sahy, agravada pelo crescimento do núcleo urbano de Aracruz, também permanece sem solução.

A implementação da monocultura do eucalipto foi sinônimo de expulsão e destruição de aldeias indígenas e comunidades rurais quilombolas e de devastação da Mata Atlântica. Comprando áreas de intermediários que registravam áreas indígenas em nome de particulares e também recebendo terras do próprio Estado, a Aracruz rapidamente tomou posse de quase 40 mil hectares no Município de Aracruz, em meados dos anos 1960. Os índios, sem documentos que garantissem o título e a posse de suas terras, ficaram vulneráveis. A expulsão de famílias e aldeias de seus ancestrais territórios é relatada como um processo violento.

Com uma política agressiva, a Aracruz Celulose conseguiu reduzir a eucaliptal as seguintes aldeias indígenas: Amarelo, Olho d'Água, Guaxindiba, Porto da Lancha, Cantagalo, Araribá, Braço Morto, Areal, Sauê, Gimuhuna, Piranema, Potiri, Sahy Pequeno, Batinga, Santa Joana, Morcego, Garoupas, Rio da Minhoca, Morobá, Rio da Prata, Ambu, Lagoa Suruaca, Cavalhinho, Sauaçu, Concheira, Rio Quartel, São Bento, Laginha, Baiacu, Peixe Verde, Jurumim e Destacamento. A aldeia de Macaco, lugar sagrado para os índios Tupiniquim, deu lugar à planta da I Fábrica, em 1978.

Os índios da aldeia de Comboios, cujas terras, com solo de areia pura, não eram adequadas para o plantio de eucalipto, foram poupados pela empresa. Os índios de Comboios juntaram-se aos das aldeias de Caieiras Velhas e Pau Brasil, as únicas que restaram na região de Aracruz, e estas dezenas de famílias Tupiniquim e Guarani, com apenas 40 hectares de terras ao todo e cercadas por plantações de eucalipto, organizaram-se, nos anos 1970, para iniciar a primeira luta de resistência. Para a grande maioria dos índios, a expulsão das suas casas e das terras significou o desemprego e a falta de moradia nas cidades, onde, privados de seu modo de vida, mergulharam na miséria.²⁶

Tal como as terras indígenas, as de domínio das comunidades negras remanescentes de quilombos estavam no foco da cobiça da Aracruz Celulose. A princípio, nenhum morador tinha o título de propriedade e o uso do território era coletivo, sem limites estabelecidos, a não ser aqueles que eles mesmos demarcavam para diferenciar uma residência da outra. Esta situação das comunidades negras manteve-se por muito tempo, prevalecendo o modo de vida rural, de produção familiar e tradições religiosas.²⁷

25 Meirelles e Calazans, ob. cit., pp. 39-40.

26 A evolução da luta indígena pela garantia de seus direitos, que perdura até hoje, será narrada no capítulo seguinte.

27 FASE. Violação de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais..., ob. cit., pp. 25-27.

Desprotegidas por qualquer legislação (o reconhecimento da propriedade das terras ocupadas pelas comunidades quilombolas só apareceria na Constituição de 1988), desassistidos de políticas públicas e desfavorecidos socialmente em relação aos brancos, ficaram mais facilmente submetidos às pressões da empresa. A estratégia da Aracruz ia das promessas de emprego e melhoria das condições de vida a tentativas de negociação e ofertas para compra das terras daqueles que tinham títulos de propriedade da terra, chegando à expulsão de posseiros de terras públicas e devolutas.²⁸

A maior concentração de comunidades quilombolas do Espírito Santo está no norte do Estado. Os municípios de Conceição da Barra e São Mateus coincidem com um dos índices de maior concentração da monocultura de eucalipto em Espírito Santo. Atualmente, em Conceição da Barra, o plantio principal é o eucalipto, com uma taxa de ocupação de 68% do total do seu território. É ali onde se concentram as comunidades negras rurais. Naquela região há 32 comunidades negras rurais, reunindo cerca de 1.200 famílias que ainda resistem aos danos causados pela monocultura do eucalipto: desmatamento, eliminação da fauna, seca de rios e córregos. Nos anos 70, antes da monocultura, eram 12 mil famílias e 256 mil hectares quilombolas.²⁹

A chegada da Aracruz Celulose isolou as comunidades negras rurais, expulsou a população para as periferias urbanas, promoveu intensa fragmentação familiar. A degradação ambiental colocou as comunidades em situação de insegurança alimentar, inviabilizou o sistema produtivo tradicional baseado na agricultura, na pesca, na caça e no extrativismo, transfigurou seus costumes e religiões. A água, antes abundante, está escassa. A monocultura consumiu e/ou poluiu grande parte dos rios córregos do Sapê do Norte. A região hoje recebe recursos federais para o “semi-árido”, justamente onde predominava a Mata Atlântica.

A maioria se mudou para as periferias de centros urbanos como Conceição da Barra, São Mateus, Serra, Vitória, entre outros, gerando nestes locais um excedente populacional com graves consequências sociais. Ao empobrecimento das famílias quilombolas resistentes nas terras soma-se a necessidade de dinheiro para comprar e trazer de fora bens antes produzidos nas comunidades. Inicialmente, muitas pessoas empregaram-se no próprio corte do eucalipto (atividade com alto índice de acidentes), mas não demorou muito para a Aracruz mecanizar esta atividade e dispensar todos os motosserristas. As carvoarias acabam sendo uma alternativa para essas pessoas, já que existem muitas delas ao redor das plantações de eucalipto. Trata-se de uma atividade realizada em condições insalubres e subumanas, com grande exploração dos trabalhadores e inclusive de mão-de-obra infantil.

28 FASE, idem, ibidem.

29 Em Linharinho, foram tomados 9.542,57 hectares dos descendentes dos escravos negros. Apenas 41 famílias quilombolas conseguiram resistir à ocupação da região, à frente a Aracruz Celulose com os seus eucaliptais. Além de Linharinho, é quilombola a região de São Jorge (13 mil hectares do território), São Domingos/Córrego de Santana (12.596 hectares), São Cristovão/Serraria (8.500 hectares), Córrego Angelim (12.945 hectares), todos em Sapê do Norte, território formado por Conceição da Barra e São Mateus. Também são quilombolas as comunidades de São Pedro (500 hectares), em Ibraçu, e Monte Alegre (1.500 hectares), em Cachoeiro de Itapemirim. FASE, idem, ibidem.

Cercados por eucaliptais da Aracruz, os quilombolas de São Domingos, em Conceição da Barra, têm travado enormes batalhas para conseguir madeira para uso doméstico tradicional nos seus fogões à lenha. Em Janeiro de 2003, seis negros foram presos pela segurança contratada pela Aracruz (Visel), quando coletavam restos de eucalipto para uso como lenha. A Visel os entregou à polícia por “invadirem propriedade privada”. O fato resultou em uma grande mobilização dos negros de várias comunidades de Conceição da Barra e resultou na liberação dos detidos, mas o problema permanece sem resolução. As prisões de membros das comunidades sob a acusação de furto e invasão de propriedade são recorrentes.

A expansão dos plantios de eucalipto continuam expulsando do campo famílias de pequenos produtores rurais. No norte do Espírito Santo, a chegada da Aracruz, com a compra de terras, em municípios como Vila Valério, Jaguaré e Linhares fez com que centenas de famílias de pequenos proprietários abandonassem o campo e outras centenas de meeiros perderam empregos. A Aracruz adquire as melhores terras para agricultura, em terrenos planos e férteis. A valorização das propriedades rurais da região acabou, pelos valores elevados, inviabilizando a compra ou a desapropriação das terras pelo INCRA, para a realização da reforma agrária. De acordo com o MST, em 2003 havia cerca de 65 mil famílias esperando serem assentadas no Espírito Santo.³⁰

A degradação ambiental é a forma mais direta de eliminação da vida. O norte do Espírito Santo, outrora de grande diversidade ambiental de Mata Atlântica, em 30 anos, tornou-se alvo, em julho de 1998, de políticas governamentais federais a que somente estados do semi-árido nordestino teriam acesso, como *frentes de trabalho* contra a seca, distribuição de cestas básicas contra a fome, os famosos recursos da extinta SUDENE que (teoricamente) só seriam alocados em regiões de alarmantes indicadores sociais, ambientais e econômicos.

30 FASE: “The Case of Aracruz Celulose in Brazil: Export Credit Agencies exporting unsustainability”. Vitória, 2003. p.18.

2

AÇÕES E PROCESSOS SÓCIO-POLÍTICOS

2.1. MOBILIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL BRASILEIRA

A expansão da monocultura do eucalipto, com os impactos sociais e ambientais que a acompanham, é reflexo da implementação de um modelo de desenvolvimento liderado e planejado por grandes grupos empresariais, em que o Estado segue a reboque, refém de suas próprias fragilidades e da lógica econômica adotada. O território dominado pela monocultura de eucalipto fica submetido às estratégias produtivas de longo prazo das transnacionais, ou seja, inviabilizado para outros arranjos produtivos e políticas públicas voltadas ao desenvolvimento local e à soberania alimentar. A principal razão da investida regional das empresas papelarias é a existência de água e terras disponíveis (ou 'disponibilizáveis', com a expulsão de camponeses e indígenas) a baixo (ou nenhum) custo.

A organização da sociedade civil, por outro lado, mostra que há resistência a esse tipo de modelo de ocupação do território, dominação dos recursos naturais e espoliação dos bens e meios de vida das populações locais. A união dos grupos locais em torno de organizações representativas como por exemplo a Comissão de Caciques e Lideranças Tupinikim e Guarani, a Comissão Quilombola das Comunidades Rurais de Sapê do Norte e a Associação de Agricultores e Coletores de Vila do Riacho fortalece a luta por respeito e proteção dos direitos humanos. Também estão presentes na luta contra as monoculturas de eucalipto a favor da reforma agrária e do fortalecimento dos pequenos produtores movimentos sociais como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e o Movimento de Pequenos Agricultores (MPA), integrantes da Via Campesina.

A organização em rede, por sua vez, permite que grupos espalhados por diversos territórios e portadores de distintas culturas se reúnam em torno de um propósito em comum. A "Rede Alerta Contra o Deserto Verde" abriga desde índios e quilombolas a ONGs e Via Campesina; de Igrejas a sindicatos; de artistas e acadêmicos a movimentos de estudantes e mulheres. Não se restringe ao Espírito Santo, mas se espalha pelo sul do estado da Bahia, pelo Rio de Janeiro e por Minas Gerais, reunindo as diferentes tradições encontradas de forma particularmente rica nesta região: geraizeros, quilombolas, pataxós, guaranis, tupinikins e pequenos agricultores, todos que experimentam a vida e o convívio direto com o deserto verde do eucaliptal.

Além de combater esse modelo de desenvolvimento, a Rede Alerta Contra o Deserto Verde busca prevenir a sociedade brasileira sobre suas conseqüências e desenhar novas estratégias e políticas adequadas à criação de um novo modelo. Isto significa a construção de alternativas que respeitem as populações locais, sem destruir seu tecido social, e não simplesmente a produção e acumulação de riqueza e capital, nacional ou estrangeiro, que beneficia, de modo concentrado, apenas uma minoria.

Na afirmação e defesa da Soberania Alimentar, os movimentos camponeses³¹ juntamente com as organizações que promovem agricultura e a produção agroecológica, além de associações de consumidores e sindicatos, contestam fortemente o avanço do agronegócio e o peso político da integração dos sistemas produtivos às grandes cadeias agroindustriais que reforçam a injustiça e o desequilíbrio do sistema de comércio internacional.³²

Os grupos Tupinikim e Guarani possuem um longo histórico de resistência e luta por respeito e garantia aos direitos territoriais indígenas. A primeira ação direta de auto-demarcação, em que ocuparam as terras indígenas invadidas pela Aracruz Celulose e fizeram a demarcação física do território para pressionar o Governo Federal a regularizar sua situação fundiária foi em 1979, sobre uma área de apenas 200 hectares. Os índios exigiram e conseguiram que a Fundação Nacional do Índio (Funai) concluísse o processo de demarcação das terras. Ainda que sem base em estudos aprofundados sobre aquele território, o Governo Federal identificou como indígena uma área de 6.500 hectares.

No entanto, a Aracruz Celulose pressionou o Governo Federal, que, para surpresa dos índios, recuou da sua decisão. Os índios reocuparam a área em 1980, para uma nova auto-demarcação dos 6.500 hectares. Para solucionar o conflito, a Funai patrocinou um acordo entre os índios e a Aracruz Celulose, reduzindo as terras para 4.491 hectares, que foram demarcadas em 1981, registradas em 1983 e homologadas em 1988 (Decretos 88.926, 88.672 e 88.601).

No ano de 1993, em face a novas reivindicações dos Tupiniquins e Guaranis, a Funai instituiu um Grupo Técnico para realizar estudos aprofundados e concluiu que os índios teriam direito a mais 13.579 hectares. Essa área permitiria aos índios recuperar muitas das antigas aldeias. Somada à área já demarcada, seria um espaço físico de 18.071 hectares. Ocorre que o então Ministro da Justiça, Íris Rezende, agindo contrariamente aos estudos técnicos, determinou, ilegal e inconstitucionalmente, em 1998, a demarcação de apenas 2.571 hectares das terras, ou seja, 18,9% da área reconhecida por estudos do órgão competente, a Funai.

Diante dessa decisão, os índios resolvem reocupar e realizar nova autodemarcação das terras. A ação que culminou, com base em uma ordem judicial

31 Sobretudo através da Via Campesina (www.viacampesina.org) e a Confederação Latinoamericana de Organizaciones del Campo (CLOC).

32 "O Direito ao Desenvolvimento: marco das violações de direitos no Cone Sul". Informe elaborado pela ONG Terra de Direitos (Curitiba, 2006) para o Tribunal Permanente dos Povos em Viena, 2006.

(liminar), com a intervenção da Polícia Federal, em uma grande operação militar que incluiu o bloqueio do acesso às aldeias e ao local da demarcação e o cerco da área, bem como a retirada forçada de militantes de movimentos sociais que apóiam a luta dos índios, de madrugada e em ônibus cedidos pela Aracruz Celulose. Os caciques foram levados a Brasília, pressionados e chantageados pelas autoridades federais para que aceitassem um acordo que mantinha a decisão de demarcar apenas os 2.571 hectares como terras indígenas. Em troca, a Aracruz repassaria recursos financeiros aos índios e apoiaria projetos da comunidade, mantendo em sua posse a área indígena restante, de 11.008 hectares. A Aracruz, com base nesse acordo e também no que classifica como ações voluntárias e acordos comerciais, afirma que repassou R\$ 23 milhões às comunidades indígenas (sendo que os acordos comerciais, que visavam tornar os índios produtores de eucalipto, respondem pela maior parte, cerca de R\$ 13 milhões, pelos cálculos da empresa).³³

A partir de 2002, esse acordo começou a ser questionado na maior parte das aldeias, considerado absolutamente insuficiente para garantir a reparação dos direitos sociais, econômicos, culturais e ambientais, violados pelo Estado e pela Aracruz Celulose, e para propiciar uma melhora sustentável da qualidade de vida das comunidades.

Em março de 2005, a Comissão de Caciques e Lideranças Tupinikim e Guarani procurou o Ministério Público Federal no Espírito Santo para solicitar a apuração das ilegalidades praticadas, em 1998, pelo então Ministro da Justiça Íris Rezende, que resultou na redução da área indígena. O MPF instaurou inquérito civil público e, em maio, encaminhou ao Ministro da Justiça Márcio Thomaz Bastos uma recomendação de corrigir a ilegalidade de 1998 e determinar a demarcação da totalidade das terras identificadas como indígenas (18.070 ha).

Os índios se mobilizaram para pressionar o Governo Federal a realizar a demarcação de todo o território reconhecido pela Funai, do qual 11 mil hectares permaneciam com a Aracruz. Realizaram uma nova auto-demarcação das terras e desta vez os índios iniciaram a construção de duas novas aldeias, Córrego do Ouro e Olhos d'Água, sendo esta última uma reconstrução da aldeia que existia, no mesmo lugar onde, antes do eucaliptal. A reconstrução de casas de moradia, de uma grande cabana para reuniões e ainda uma pequena roça de milho e mandioca, crescendo em meio aos tocos de eucalipto, mobilizou homens, mulheres, idosos e crianças.³⁴

A ocupação do território ensejou uma batalha judicial que envolveu o Ministério Público Federal e a Funai na defesa dos direitos indígenas, em face de uma ação de reintegração de posse promovida pela Aracruz Celulose na Justiça Federal. O Judiciário, ao final, pronunciou-se favorável à empresa e a ordem de reintegração de posse foi cumprida em janeiro de 2006. A Polícia Federal

33 Cf. http://www.aracruz.com.br/web/pt/aracruz/aracruz_posicionamento_balanco.htm, último acesso em 13/10/2006.

34 Meirelles e Calazans, ob. cit. P. 36.

novamente executou uma verdadeira operação de guerra contra os índios. De forma violenta e sem chances para a defesa (física e jurídica) dos índios, nem mesmo para que pudessem sair pacificamente da área, 120 agentes federais fortemente armados com metralhadoras, revólveres, bombas de efeito moral (gás de pimenta), cacetetes, escudos protetores e capacetes, expulsaram os índios. Contaram com tratores e máquinas pertencentes à Aracruz Celulose, utilizadas no corte de eucalipto, e um ônibus da empresa Plantar (prestadora de serviço da Aracruz). Vários indígenas foram atingidos por balas de borracha e sofreram agressões físicas e ficaram feridos durante a operação. Alguns indígenas foram presos em instalações da empresa e lá permaneceram durante toda a operação. As casas das aldeias que haviam sido reerguidas foram derubadas por tratores da Aracruz e queimadas. Por conta do episódio, o Ministério Público Federal propôs ação judicial contra a União Federal, pedindo indenização aos danos causados ao patrimônio indígena.

No mês seguinte, a Funai, publicou dois relatórios do levantamento fundiário realizado na área pleiteada pelos índios, dando seguimento ao processo administrativo que havia sido aberto a partir do ato de auto-demarcação de maio de 2005, para proceder à ampliação das terras Tupinikim e Guaraní. Aberto o prazo para contestação da Aracruz, a empresa apresentou documentos à Funai que tentam demonstrar que as terras reivindicadas pelos índios não é indígena. A Funai emitiu parecer favorável aos índios e encaminhou o processo ao Ministério da Justiça, onde se encontra até o fechamento deste relatório, aguardando a decisão que determinará a demarcação das terras, para posterior homologação do Presidente da República.

Paralelamente à luta pela terra, os Tupinikins e Guaranis iniciam a constituição de um viveiro de mudas de árvores nativas da Mata Atlântica, localizado na Aldeia de Pau Brasil, e se preparam para um longo processo de reconversão de suas terras, da monocultura do eucalipto para a diversificação agroecológica, florestal e agrícola. A recuperação de nascentes, as matas ciliares de rios, córregos e lagos são pontos prioritários, pois sabem da importância central da água nesse processo de reconversão que se inicia.³⁵

Houve outras mobilizações importantes. Tornando pública a problemática da água, os índios realizaram já em novembro de 2003 um grande protesto no Rio Guaxindiba e fecharam a via de acesso do esgoto ao rio. E em março de 2005, no dia internacional das águas, Tupiniquins e Guaranis realizaram uma passeata na localidade de Barra do Sahy, denunciando as atrocidades cometidas pela Aracruz nos rios e córregos da região.

Em novembro de 2003, o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) e a Via Campesina ocuparam as ruas da capital Vitória com uma grande marcha de pequenos agricultores do interior do Espírito Santo. Protestavam contra o governo estadual por seu desinteresse pela agricultura familiar capixaba, ao mesmo tempo em que queimavam toras de eucalipto, como símbolo maior do

35 Meirelles e Calazans, *idem*, *ibidem*.

compromisso do governador com a Aracruz Celulose. Durante a “Pré-Conferência Estadual de Meio Ambiente do Espírito Santo”, organizada pelo IBAMA (federal) e de fato boicotada pela SEAMA (estadual), o secretário de meio ambiente foi denunciado pelos movimentos sociais camponeses como “secretário da monocultura”. Na Conferência Estadual de Meio Ambiente foi aprovada uma moção de repúdio à empresa e ao Estado, parceiros na expansão da monocultura.

As famílias da Vila do Riacho iniciaram em 2004 um grande processo de mobilização com passeatas nas ruas da Vila, uma audiência pública com parlamentares, além de denúncias junto ao Estado. Criaram a Associação de Agricultores e Coletores de Vila do Riacho para fortalecer a lutar por seus direitos. Em outubro de 2005, junto com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) ocuparam uma área da qual a Aracruz Celulose se diz proprietária, mas que conforme o INCRA, em grande parte é devoluta. Mais de 80 famílias esperam pela reforma agrária, como forma de retomarem seu direito à terra e à água.

No norte do Espírito Santo, o debate sobre direitos das comunidades quilombolas teve impulso com a mobilização para pesquisa em campo pelo projeto Territórios Negros do Sapê do Norte. O projeto, desenvolvido por Koinonia Presença Ecumênica e Serviço, em parceria com a FASE/ES, Organização Afro-cultural Benedito Meia Léguas e Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Mateus, estudou e produziu informações sobre a realidade sócio-econômica dessas comunidades, contribuição essencial ao processo de luta pela terra e afirmação dos direitos culturais.

A Rede Alerta Contra Deserto Verde tem utilizado as normas jurídicas e os instrumentos internacionais e nacionais de proteção dos direitos humanos para monitorar o desenvolvimento do complexo monocultor celulósico no Estado, para barrar as violações permanentes dos direitos econômicos, sociais, culturais e ambientais e exigir reparações.

Em março de 1998, durante a ação de auto-demarcação das comunidades indígenas Tupinikim e Guarani, o Centro pela Justiça e pelo Direito Internacional (CEJIL) e o Conselho Indigenista Missionário (CIMI) solicitaram à Comissão Interamericana de Direitos Humanos a adoção de medidas cautelares, considerando que havia 1.400 índios da comunidade Tupinikim e 160 índios da comunidade Guarani em situação de confinamento, cercados pela política, além de integrantes de organizações não-governamentais e movimentos sociais que ficaram proibidos e impedidos de circular livremente nas terras indígenas.

Dois relatórios sobre o estado de violação dos DESCAs foram elaborados. O primeiro relatório, “Violação de Direitos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais na Monocultura do Eucalipto: a Aracruz Celulose e o Estado do Espírito Santo/ Brasil”, foi divulgado em agosto de 2002 e apresentado à sociedade do Espírito Santo em sessão especial da Assembléia Legislativa. O documento ficou conhecido como “Primeiro Relatório DESC Capixaba”. O relatório foi apresentado à Comissão Inter-Americana de Direitos Humanos da OEA (outubro de 2002) e à Comissão de Direitos Humanos da Câmara Federal de Deputados em Brasília (maio de 2003).

2.2. SOLIDARIEDADE E AÇÃO INTERNACIONAL

No plano internacional, diversas iniciativas têm mobilizado as organizações europeias. A campanha *Plantações NÃO são Florestas!*³⁶ reúne várias instâncias globais representativas do movimento ambientalista e trabalha desconstruindo o conceito de “florestas artificiais” e das ações apresentadas como “reflorestamento”, em especial na sua relação com o seqüestro de carbono e a mitigação das conseqüências dos gases de efeitos estufa e do aquecimento global, temas de impacto econômico geral e grande apelo social. Conceitualmente, as plantações de árvores para celulose e madeira são monoculturas agroindustriais para exportação, uma vasta produção industrial à céu aberto que realiza uma simplificação brutal e esterilizante dos ecossistemas, transformados nos chamados ‘desertos verdes’.³⁷

Na Alemanha, a maioria das grandes ONGs ambientalistas realiza ações em torno do tema Aracruz celulose, focalizando questões como a violação dos direitos dos indígenas, o extermínio das florestas tropicais e o consumo dos produtos. Articuladas com a FASE-ES, algumas destas entidades vieram ao Brasil em missões de investigação. Destaca-se o trabalho da organização Robin Wood, que tem realizado ações como: bloqueios da planta de fábrica da Procter & Gamble, passeios em balsa pelos rios da Alemanha, ações de protesto on-line e por carta, tanto aos órgãos governamentais do Brasil como às empresas importadoras e processadoras da celulose; divulgação de informações claras e concisas ao consumidor, incluindo um pequeno folder que informa quais são os produtos críticos (marcas) e o que se pode comprar e onde como alternativa.

A organização ambientalista alemã Urgewald iniciou há pouco uma campanha específica contra uma empresa alemã, a Felix Schoeller, que importa celulose da Aracruz para produzir papel para fotos. O foco da entidade está em fazer com que indústrias e os projetos de celulose deixem de receber financiamentos por fundos públicos alemães destinados à cooperação internacional, em conseguir que bancos de desenvolvimento não participem mais neste tipo de financiamento, em estabelecer critérios claros para financiamento dos bancos privados, bem como em estabelecer, precisar e controlar as normas ambientais e sociais para tais empresas. A Urgewald também desenvolve, desde 2000, um projeto que visa substituir o papel branco por papel reciclado em todas as escolas de um dos estados (*Bundesstaten*) da Alemanha, com a participação de mais de 80 organizações da sociedade civil. Nesta campanha, em 2002 foi incluída a questão da Aracruz Celulose.

A organização Pão Para o Mundo, por sua vez, aborda o tema mais pela perspectiva das vítimas, mas também sobre o comércio da celulose na Alemanha, divulgando informações na Internet em cooperação com a FASE

36 WRM – World Rainforest Movement- www.wrm.org.uy (2004). *Las Plantaciones NO son Bosques*. Título da campanha e do livro org. Carrere, Ricardo. Nesta articulação estão também a Global Forest Coalition, o programa de florestas do Friends of the Earth International, entre outros,

37 “O Direito ao Desenvolvimento: marco das violações de direitos no Cone Sul”. Ob.cit.

e a Associação Indígena Tupinikim e Guarani (dirigida pela mencionada Comissão de Caciques).

Outras organizações também possuem iniciativas, como Pro Regenwald (“Pro-Floresta Tropical”), Rettet den Regenwald (“Salvem as florestas tropicais), Grain, da Espanha, e A SEED, da Holanda, e a FIAN Alemanha. Um apoio importante vem da Fundação Heinrich Böll, que viabilizou viagens dos representantes dos Tupinikim e Guarani à Europa e facilitou encontros com a Ministra da Cooperação e deputados federais.

A Norwegian Church Aid (NCA) tem investigado as conexões da Aracruz com o mercado norueguês e planejado uma mobilização das igrejas norueguesas para uma campanha nacional direcionada aos tomadores de decisões ligados aos produtos da Aracruz.³⁸ A organização The Future in Our Hands (FIVH), por meio do projeto *Norwatch*, vem investigando e divulgando informações sobre a atuação das empresas norueguesas fora do país, incluindo questões que envolvem a Aracruz Celulose; fez visitas de campo no Brasil e promoveu a visita de lideranças brasileiras para reuniões com autoridades norueguesas.

2.3. UMA DISPUTA POR LEGITIMIDADE

No Brasil, os movimentos camponeses e organizações como as que integram a Rede Alerta Contra o Deserto Verde têm reagido fortemente à ofensiva de expansão das empresas com ações de resistência local e cotidianas, dificilmente noticiadas pela imprensa e que não chegam ao conhecimento da opinião pública dos grandes centros urbanos.

Em oito de março de 2006, Dia Internacional da Mulher, ganhou repercussão internacional a ação de centenas de mulheres da Via Campesina que, em protesto, danificaram um viveiro de mudas da empresa Aracruz Celulose no Rio Grande do Sul. Dois meses antes, a empresa, com auxílio da Polícia Federal, havia promovido o despejo violento dos índios no Espírito Santo. Enquanto a ação das mulheres foi manchete dos principais meios de comunicação durante semanas, sempre pelo viés criminal e realizando uma verdadeira condenação pública do movimento social, qualificado pela grande imprensa como “terrorista”, “execrável”, “vândalo”, “bárbaro”, o despejo violento dos índios, que contou com o apoio logístico da Aracruz e resultou em prisões arbitrárias, doze pessoas feridas, não teve a mesma repercussão e, quando apareceu na grande mídia, era transmitindo a idéia de que “os índios é que estavam errados”. Enquanto a ação das mulheres no sul teve reação rápida do Judiciário e abusiva da polícia (que agiu ilegal e violentamente ao cumprir um mandado de busca e apreensão no escritório do Movimento de Mulheres Campesinas – MMC), no Espírito Santo a violência praticada contra os índios não foi investigada com a mesma ênfase e rapidez, sendo que o próprio Judiciário e

³⁸ Cf. “Contributions from NCA to the partner meeting”, enviado por Christian Schoien, Ajuda da Igreja da Noruega 09/10/2006.

a polícia foram responsáveis pela realização do despejo e até hoje suas terras permanecem em posse da Aracruz. Enquanto a propriedade da Aracruz merecia proteção, a dos índios foi ignorada.³⁹

O fato é que há uma disputa intensa por legitimidade das ações operante a opinião pública. Para ganhar a simpatia da população, a indústria da celulose investe pesadamente em publicidade e espaços de divulgação em diferentes meios de comunicação (televisão, rádio, jornais e revistas), patrocina campanhas políticas, apóia ações de assistência social, financia projetos de ONGs, incentiva entidades e patrocina eventos de engenharia florestal, firma convênios com universidades e incentiva pesquisas em seu campo de interesse, patrocina eventos (inclusive de educação ambiental) nas escolas.

A Aracruz, na área ambiental, por exemplo, segundo informações da própria empresa, tem dialogado com o Fórum das ONGs Ambientalistas do Espírito Santo e, em parceria com ele, implementado *Núcleos de Difusão de Espécies Nativas da Mata Atlântica* visando “recuperar a Mata Atlântica e promover educação ambiental”, tem criado unidades de conservação particulares, desenvolvido o Projeto Cereias em parceria com o Ibama, para reintrodução de animais selvagens, e também realizado o auto-monitoramento de seus impactos ambientais.⁴⁰

As investidas da empresa já lhe renderam dezenas de prêmios por desempenho social e ambiental. A Aracruz ostenta a certificação ISO 14.001 (qualidade ambiental das unidades industriais) e certificação pelo Programa Nacional de Certificação Florestal (Cerflor). A empresa ingressou, em 2005, no Índice Dow Jones de Sustentabilidade (DJSI World) e no Índice de Sustentabilidade Empresarial da Bolsa de Valores de São Paulo.

Em 2006, porém, a Aracruz perdeu a certificação pelo Forest Stewardship Council (FSC) dos plantios de eucalipto de sua Unidade Guaíba, no Rio Grande do Sul. Ao constatar a preocupação das entidades que compõem o FSC com os conflitos da empresa com as comunidades de seu entorno, especialmente os indígenas no ES, a própria Aracruz desistiu da revalidação da certificação que venceria neste ano, evitando, com isso, o constrangimento público e o dano a sua imagem que um possível indeferimento da certificação lhe causaria. Para a comunidade indígena, a reação do FSC foi um reflexo dos depoimentos dados pelos índios ao Diretor Executivo do FSC, a compradoras de celulose da transnacional e no Tribunal dos Povos, em Vienna, em 2006.

39 O principal jornal diário do Espírito Santo, A Gazeta, divulga apenas notícias positivas da Aracruz, exalta os números exibidos pela Aracruz, ao mesmo tempo em que minimiza os protestos e críticas à empresa e tenta responsabilizar os índios e suas entidades de apoio pela decisão da Aracruz de construir uma nova fábrica no Rio Grande do Sul e não no Espírito Santo (“Espírito Santo perde novos investimento da Aracruz”, Seção Economia, 30/07/2006, p. 26) É interessante que, quando a manchete do jornal anunciava “Aracruz X Índios: os dois lados da disputa pela terra”, logo em seguida explicava: “Hoje, Dia do Índio, A GAZETA mostra os argumentos da empresa e dos índios”, como que dizendo: excepcionalmente nesta data, os índios poderão expôr seus argumentos.

40 Aracruz, Relatório de Sustentabilidade 2005.

O discurso ambiental das empresas apela enganosamente à consciência e às preocupações ambientais dos cidadãos. As empresas e os governos qualificam erroneamente a promoção das plantações como atividade “florestal” e neste sentido as políticas públicas para os produtos de base “florestal” confundem a população, especialmente a urbana, que entende a expansão de árvores/florestas como algo bom e desejável. Em um contexto social e político onde há preocupação com os efeitos da mudança climática, é um desafio mostrar que o plantio de muitas ‘árvores’ não significa uma coisa boa, pois essa monocultura está ocupando cada vez mais terra, absorvendo muita água, empobrecendo o solo, destruindo a biodiversidade, além de inviabilizar outras atividades para as populações locais, entre outros efeitos, como homogeneizar as paisagens, as referências culturais, etc.

Uma das campanhas publicitárias mais recentes da Aracruz enfatizava a questão do emprego, mostrando à população que está “presente no dia-a-dia da gente”, por meio dos incontáveis empregos indiretos gerados por sua atividade. Mas a campanha não menciona dados específicos sobre empregos. Embora freqüentemente a propaganda do setor de papel e celulose anuncie milhões de empregos gerados, são informações que não resistem sequer a uma análise mais cuidadosa dos dados fornecidos pelo próprio setor.⁴¹

Enquanto corrompem e/ou cooptam lideranças sociais, ameaçam opositores em conflitos fundiários e derrubam mata nativa, por outro lado, irradiam a idéia de uma integração com o planeta, propulsora de novos empregos, melhores condições de vida, mais tributos para o Poder Público. Enfim, associam-se ao progresso modernizador, à vanguarda e à promessa de um futuro melhor, desprezando a histórica sociabilidade regional, seus valores, ritos e tradições mais próprias, conceituando-os como arcaicos, primitivos e atrasados.

No dia 15 de setembro de 2006, trabalhadores e funcionários dos sindicatos ligados à empresa organizaram uma manifestação em favor da Aracruz Celulose que reuniu cerca de cinco mil pessoas no Município de Aracruz. Os manifestantes carregavam cartazes e faixas em apoio à empresa, protestavam contra a ocupação dos índios ocorrida em setembro, nas áreas de eucalipto que reivindicam, acusando-os de derrubar e queimar árvores e causar prejuízos à empresa, e atacavam também entidades de apoio aos índios, como a FASE. O protesto foi marcado para o mesmo dia em que os Tupinikim e Guarani eram recebidos na Assembléia Legislativa do Estado.

Em setembro de 2006, a Aracruz iniciou uma campanha pública para mobilizar o setor empresarial capixaba a “promover ações solidárias, com impacto na mídia, que contribuam para a defesa da segurança jurídica e repudiem os ataques ao patrimônio e imagem da Aracruz” e “criar clima favorável à busca de compromisso público e posicionamento de apoio das autoridades constituídas”.⁴² Entre as ações estão previstos atos públicos; eventos para busca de

41 Cf. “Promises of jobs and destruction of work: the case of Aracruz Celulose in Brazil”.

42 Apresentação em PowerPoint do “Movimento de Apoio a Aracruz Celulose – projeto básico”.

apoio de funcionários, familiares, outras empresas e professores de escolas públicas; coleta de assinaturas em abaixo assinado a ser enviado às autoridades; divulgação permanente na mídia. Prevê-se até a estruturação de um escritório próprio para o movimento. No estado, esse movimento tem espalhado *outdoors* que buscam reforçar a imagem de progresso da empresa perante a opinião pública, mas passam dos limites ao discriminarem e ofenderem a honra e imagem dos índios, com calúnia e difamação: “A Aracruz trouxe o progresso. A Funai, os índios”; “Basta de índios ameaçando trabalhadores”; “A Funai defende os índios. Quem defende nossos empregados?”; “Essa agressão à Aracruz Celulose atinge nossas empresas também”. O desrespeito à história, à memória e à cultura do povo indígena, assim como a ridicularização de sua identidade, é prática de racismo.

3

ANÁLISE E DESAFIOS DAS ESTRATÉGIAS NA ÓTICA DOS DIREITOS

O Brasil ratificou os principais Pactos internacionais de direitos humanos e a Constituição Federal Democrática de 1988 incorporou ao ordenamento jurídico nacional uma ampla gama de direitos e garantias. O desafio é torná-los concretos.

O propósito comum dos diferentes atores da Rede Alerta contra o Deserto Verde pode ser visto como a exigência de cumprimento e promoção de direitos humanos que são sistematicamente violados pela indústria da celulose nas regiões onde atuam. São diferentes posicionamentos que, no fundo, dizem da mesma violenta avalanche econômica, política, social e cultural que contaminou regiões antes ocupadas pela agricultura familiar, por florestas nativas ou pelas culturas tradicionais. As percepções das injustiças ambientais são confrontadas com o instrumental jurídico e suas denúncias ganham força como violações de direitos humanos. Nesse processo, vão se construindo consensos, consolidando entendimentos e reivindicando um conteúdo próprio dos direitos humanos econômicos, sociais, culturais e ambientais. Em outras palavras, contrói-se uma interpretação própria dos direitos, qual seja a que reconhece e respeita identidades e a multiplicidade de concepções de mundo e formas de organização social e produtiva.

A articulação das comunidades locais, dos movimentos sociais e das organizações de apoio se dá em prol da afirmação de sujeitos de direitos, autônomos e portadores de identidades; da criação de espaços públicos de debate; da busca de visibilidade das violações dos direitos humanos; da utilização dos meios formais e burocráticos disponíveis à garantia dos direitos.

O processo de elaboração dos relatórios de violações de direitos humanos pela Aracruz no Espírito Santo (Relatórios DESC Capixaba) é exemplo de um processo de construção participativa que proporciona a apropriação democrática de conhecimentos e de ferramentas de luta. Nesse processo, várias organizações chamaram para si a responsabilidade de elaborar pequenos informes sobre situações específicas de violação encontradas que, após seminários, encontros e reuniões, foram sistematizados e consolidados nos documentos finais. Envolveu entidades civis, pesquisadores, lideranças e membros integrantes da “Rede Deserto Verde”, com assessoria da FASE e apoio da ONG Têrre des Hommes e da União Européia.

A importância do primeiro relatório, em 2002, foi ter inaugurado a sistematização de um conjunto de denúncias e exigências de reparações de direitos humanos, com base nos Pactos Internacionais de Direitos Humanos e na Constituição Federal. A partir das denúncias, algumas comissões de investigação e grupos de trabalho foram se construindo. Em 2002, uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) foi instaurada na Assembléia Legislativa do Espírito Santo para investigar as denúncias existentes contra a Aracruz Celulose. Em 2003, um Grupo de Trabalho formado por parlamentares federais esteve no Estado; a partir do Governo Federal, a então Secretaria Nacional de Direitos Humanos, vinculada ao Ministério da Justiça, começou a atuar reunindo órgãos públicos federais diretamente relacionados às violações narradas, nos campos ambiental (Ibama), trabalhista (DRT) e previdenciário (INSS), cultural e étnico (Funai e FCP) e fundiário (Incra). Iniciou-se, no âmbito da sociedade civil, um processo de monitoramento, pesquisa documental e de campo, que veio a culminar com o "Segundo Relatório DESC Capixaba", em 2003.

No âmbito do sistema interamericano de proteção dos direitos humanos, o Centro pela Justiça e o Direito Internacional (CEJIL) e a FASE solicitaram a realização de uma audiência perante a Comissão Interamericana de Direitos Humanos. Em 2002, a audiência foi realizada em Washington avaliar as violações de direitos humanos no Espírito Santo apresentadas no Primeiro Relatório DESC Capixaba. Em 2003, como desdobramento da audiência, uma comissão da OEA visitou o Espírito Santo e fez recomendações ao Estado Brasileiro.

As mobilizações Tupinikim e Gurarani e das comunidades quilombolas no território chamaram a atenção da sociedade brasileira, da comunidade internacional e do Governo Federal. Elas puseram em marcha processos administrativos de regularização fundiária e titulação de territórios tradicionais.

Em alguns municípios da região da Mata Atlântica, leis recentes têm buscado disciplinar o plantio de eucaliptos, variando da proibição total à fixação de condicionamentos. No Estado do Espírito Santo, a Rede Alerta Contra o Deserto Verde apoiou um projeto de lei estadual que acabou aprovado pela Assembléia Legislativa do Espírito Santo e virou lei em 2001, proibindo a expansão dos plantios de eucalipto no Estado até que fosse aprovado um zoneamento agro-ecológico do Estado. Cinco entidades (FASE, Associação dos Geógrafos Brasileiros, MST, MPA e FETAES) promoveram um processo participativo de elaboração do zoneamento, com dez audiências públicas e envolvimento expressivo de comunidades locais. Em 2002, a proposta foi paralisada com uma decisão do Supremo Tribunal Federal, que, mais sensível aos argumentos da Aracruz que à necessidade de prevenção dos impactos econômicos, sociais, culturais e ambientais, considerou a lei estadual inconstitucional.

O acesso à Justiça é um desafio histórico e permanente das organizações populares e entidades sem fins lucrativos no Brasil. Além de caro e lento, o Judiciário brasileiro em sua maior parte é conservador quanto à concretização de princípios fundamentais, especialmente os relativos a direitos humanos econômicos, sociais e culturais.

No ano de 2005, a Aracruz Celulose ingressou com treze ações de natureza possessória no Estado do Espírito Santo para proteção do seu patrimônio, contra as ações dos índios de defesa de seus direitos constitucionais, contra a presença de não-índios prestando solidariedade aos Tupinikins e Guraranis nas áreas ocupadas; contra ocupantes na região de Barra do Riacho; contra integrantes do MST e Fetaes no município de Montanha; contra quilombolas acusados de roubar madeira em Conceição da Barra. Em todos os casos a Aracruz obteve a concessão das respectivas liminares⁴³, ou seja, uma decisão favorável do Judiciário para proteção das áreas de plantio de eucalipto, com base somente nas alegações da empresa, já que proferida antes da citação da parte contrária.

O Ministério Público Federal tem sido o principal responsável pela defesa de direitos coletivos e difusos que envolvem as populações tradicionais e o meio ambiente. Os indígenas ainda contam com uma pequena estrutura de procuradores da Funai para lhes prestar atendimento. Já pequenos produtores rurais em geral dependem da solidariedade de militantes do movimento social e de ONGs para defender judicialmente seus direitos. Apesar de praticamente todo Estado da Federação possuir uma Defensoria Pública, órgão autônomo com atribuição constitucional de prestar atendimento jurídico gratuito à população, esses órgãos não possuem estrutura suficiente para atender às comarcas menores e mais distantes dos grandes centros.

É preciso avançar na construção e consolidação de dinâmicas de participação popular das esferas da administração pública, no planejamento, execução e controle das políticas públicas. Se o fim da ditadura militar e a abertura democrática submeteram as empresas às pressões sociais e as forçaram a se abrirem ao diálogo com a sociedade, agora o regime democrático pautado pelos direitos humanos exige que se vá além. Entra em pauta o debate público sobre os rumos do desenvolvimento e sobre a legitimidade das diferentes formas de apropriação do território e de seus recursos naturais.

Quanto mais o governo se aproxima do discurso empresarial que atribui à regulamentação ambiental a responsabilidade pelos entraves do desenvolvimento, e quanto mais entrega ao mercado a responsabilidade pela criação de bem estar social, maior será a necessidade de fortalecimento dos movimentos sociais. A luta pela reforma agrária, a defesa da agroecologia familiar, a reparação das terras indígenas e quilombolas e a reconversão das áreas degradadas para Mata Atlântica, são as pautas centrais da resistência contra o monocultivo de eucalipto. Também estão em debate propostas como a Lei do Módulo Máximo, em tramitação no Congresso Nacional para fixar um limite para as propriedades rurais.

Disputando uma mesma base territorial, a atividade da Aracruz ao longo dos últimos 30 anos vem comprometendo cada vez mais a continuidade de um conjunto de outras atividades. Indicador inequívoco de violações de direitos, os conflitos se acumulam e acentuam no tempo e no espaço. Na avaliação

43 ARACRUZ, Relatório de Sustentabilidade 2005.

dos pequenos agricultores, o programa do Fomento Florestal é uma ameaça direta à produção de alimentos no Espírito Santo, pois submete a vida e o trabalho campesino ao ritmo industrial das *plantations* e a seus atributos característicos: a monocultura, o latifúndio, o agrotóxico, a larga escala.

Na esfera internacional, após forte crítica à Aracruz na mídia sueca, logo após a violenta reintegração de posse promovida pela empresa e executada pela Polícia Federal, em fevereiro de 2006, a família real da Suécia resolveu vender suas ações da Aracruz devido às denúncias e fortes pressões pela violação de direitos humanos praticadas e o desrespeito ao meio ambiente no Brasil.

De fato, os investimentos da Aracruz Celulose no Brasil conectam negócios, cidadãos e cidades como Oslo, Helsink, São Mateus e Aracruz, em uma mesma dinâmica temporal e espacial. Mesma, porém injusta, visto que, do Norte parte a tecnologia, o maquinário e o crédito para exportação, e nele ficam os melhores empregos, o maior valor agregado, o menor risco ambiental. Também para o Norte se destina 98% da produção da empresa, para abastecer a demanda por lenços de papel, absorventes e papéis sanitários. Já do Sul, parte a celulose, um semi-elaborado e ficam, tal como no Espírito Santo, os plantios industriais de eucalipto, alguns raros e precários empregos, poucos tributos e ainda dezenas de conflitos ambientais.

As violações de direitos perpetradas pela Aracruz devem, portanto, ser vistas como algo que aos governos europeus não podem ignorar, como especialmente o Governo da Noruega. São assuntos nos quais as pessoas e as organizações européias como a *Norwegian Church Aid* (Ajuda da Igreja da Noruega) devem se engajar.⁴⁴

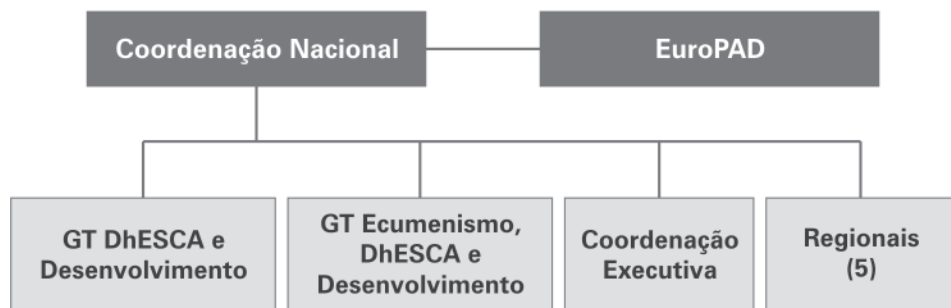
A mobilização internacional de apoio às ações contra a Aracruz podem ser entendidas desde a perspectiva das obrigações extraterritoriais em relação aos direitos humanos. Tradicionalmente, os direitos humanos definiram a relação entre o Estado e as pessoas que vivem em seu território. Em tempos recentes, os defensores de direitos humanos e juristas têm se dedicado ao fato de que, com a globalização, as violações de direitos humanos não param nas fronteiras dos Estados. Políticas públicas implementadas em um país pode ter impactos negativos sobre os direitos humanos de pessoas que vivem em outro país. Assim, uma compreensão mais ampla do que constituem as obrigações dos Estados em relação aos direitos humanos é necessária para assegurar os direitos econômicos, sociais e culturais. É particularmente importante fazer as empresas transnacionais e as organizações multilaterais como o Banco Mundial responsáveis por suas obrigações em direitos humanos.

No caso da Aracruz, as várias conexões da empresa com a Europa tornam a perspectiva das obrigações e responsabilidades extraterritoriais em matéria de direitos humanos extremamente relevante. À frente, o desafio de aprofundar o debate para procurar respostas a questões como, por exemplo: a responsabilidade dos Estados pelas violações de direitos humanos no âmbito de seus

44 Conforme informações da NCA "Contributions from NCA to the partner meeting". 09/10/2006.

investimentos públicos externos; as possibilidades, limites e perspectivas de aplicação das normas de direitos humanos às empresas; termos de um marco regulatório sobre responsabilidade sócio-ambiental das empresas; a eficácia de iniciativas de responsabilidade social e ambiental adotadas; normas sobre o acesso público a informações sobre a qualidade dos produtos, dos processos produtivos e cadeias produtivas; controle e responsabilidade das empresas pelas cadeias produtivas em que estão inseridas e por suas subsidiárias. Ao mesmo tempo, importa reforçar a necessidade de as campanhas realizadas no Norte estarem atentas aos reflexos da Aracruz sobre a resistência local, que inclui desde a segurança dos atores locais até a viabilização dos projetos alternativos (viveiro indígena, agroecologia nos quilombos, gênero, mobilizações, campanhas regionais no Espírito Santo etc.).

ORGANOGRAMA DO PAD



COMPOSIÇÃO

Coordenação Nacional	Coordenação Executiva	EuroPAD
<p>Coordenação Executiva</p> <p>Representantes Regionais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Fase Amazonia / Norte • Diaconia / Nordeste • INESC / Centro-Oeste • Koinonia / Sudeste • DESER / Sul 	<ul style="list-style-type: none"> • ABONG / ONGs • CESE / Organizações Ecumênicas • MST / Movimentos Sociais • Coordenadora Executiva • Secretaria Executiva 	<ul style="list-style-type: none"> • Brot Fuer Die Welt / PPM • Christian Aid • EED • HEKS • ICCO & KERK IN ACTIE • Norwegian Church Aid / AID • SOLIDARIDAD
	<p>Coordenação EuroPAD</p> <ul style="list-style-type: none"> • EED • PPM 	

APOIO



NORWEGIAN CHURCH AID

Solidaridad